

# QUEM VAI PAGAR O PAC

*Cartilha sobre o Programa de Aceleração do Crescimento,  
implementado pelo Governo Lula*



**ASSIBGE-Sindicato Nacional**

*Sede: Av. Presidente Wilson, 210 • 8º andar • Castelo  
Centro - Rio de Janeiro/RJ • CEP 20030-021*

*Tel.: (21)3861-2550 • Fax: (21)3861-2560*

*End. eletrônico: [assibge-sn@uol.com.br](mailto:assibge-sn@uol.com.br) • portal: [www.assibge.org](http://www.assibge.org)*

# QUEM VAI PAGAR O PAC

*Cartilha sobre o Programa de Aceleração do Crescimento,  
implementado pelo Governo Lula*

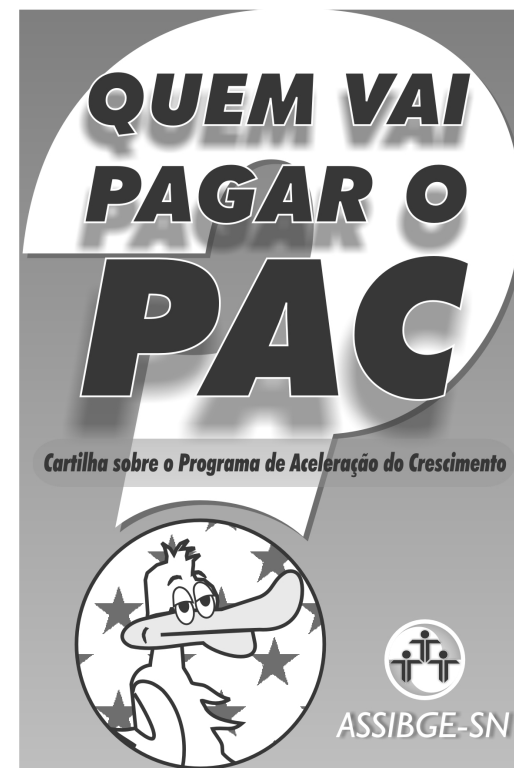


**ASSIBGE-SN**

---

## **FONTES PESQUISADAS:**

- *Programa de Aceleração do Crescimento 2007 - 2010 (material oficial de divulgação produzido pelo governo destinado à imprensa)*
  - *PAC: Programa de Atendimento aos Credores (Rodrigo Vieira de Ávila)*
  - *Relatório da reunião ordinária da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais - CNESF (30 de janeiro de 2007)*
  - *Principais aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento (Nota Técnica do Dieese nº 41 - janeiro de 2007)*
  - *Pacote do governo só beneficia bancos e grandes empresas (Nota da Conlutas - 22 de janeiro de 2007)*
  - *Fusão dos Fiscos (Artigo de Carlos André Soares Nogueira, Presidente da Unafisco, publicado no Correio Braziliense - 31 de janeiro de 2007)*
  - *Matérias de Irene Lobo (Agência Brasil - 24 de janeiro de 2007) e de Ricardo Allan (Correio Braziliense - 5 de fevereiro de 2007)*
  - *Texto da Condsef: "Programa de Aceleração do Crescimento – Aspectos gerais e questões relativas aos servidores públicos federais (texto elaborado pela subseção do Dieese na Condsef)*
- 



**A**ntes de representar um plano efetivo para acelerar o crescimento e recolocar o Estado a frente de iniciativas fundamentais para alavancar a economia, o PAC é muito mais uma peça de propaganda do segundo mandato do Presidente Lula.

Em países com imensas desigualdades sociais como o Brasil, com desemprego em níveis elevados e carências de toda ordem para a maioria da população, é inevitável que o Estado tome para si o papel de motor do desenvolvimento econômico, em vez de estimular o crescimento com incentivos fiscais e subsídios a grupos privados.

Além de não existir nenhuma garantia concreta de que as obras e medidas anunciadas no PAC vão assegurar o crescimento econômico do País nos próximos anos, fica evidente que este Plano é mais um instrumento para subsidiar grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Isso se dará através do arrocho salarial sobre os trabalhadores e aposentados e a criação de instrumentos como o Fundo de Investimentos em Infra-Estrutura, baseado em recursos do Fundo de Garantia do trabalhador.

O PAC parece inspirado na proposta do ex-ministro da Fazenda da Ditadura Militar, Antônio Delfim Netto, que defende o “Déficit Nominal Zero”, com um ajuste fiscal de longo prazo, com cortes nos gastos sociais por um prazo de dez anos.

---

***QUEM VAI PAGAR O PAC? • Cartilha sobre o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, anunciado pelo governo Lula em janeiro de 2007***

- *Material informativo editado pela ASSIBGE - Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE • Gestão 2007/2008*
  - *Pesquisa, texto, edição e revisão: Henrique Acker (Mtb. 17.635)*
  - *Projeto gráfico e arte: Juarez Quirino*
- 



## QUAL O OBJETIVO DO FÓRUM NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL?



O PAC cria, via Decreto Presidencial, o Fórum Nacional da Previdência Social, para tratar tanto da Previdência do setor privado (INSS) quanto dos servidores públicos. Dele devem participar empresários, centrais sindicais e governo.

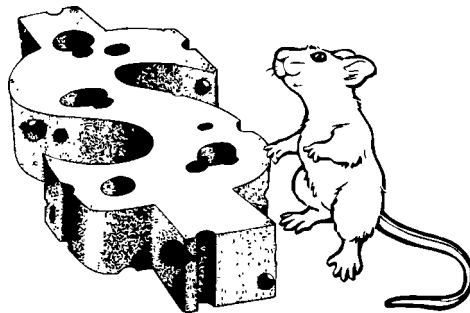
As duas medidas que o governo Lula pretende ver aprovadas para a previdência do setor privado são:

- 1) **aumento da idade mínima necessária para o trabalhador se aposentar;**
- 2) **fim da aposentadoria diferenciada para as mulheres.**

No caso dos servidores públicos o objetivo do governo é reduzir os gastos com o pagamento de aposentadorias e pensões do funcionalismo, abrindo mais espaços para o avanço da previdência privada.

É bom destacar que está em fase final de aprovação no Congresso Nacional o projeto que institui a Super Receita, que unifica a Secretaria da Receita Previdenciária com a Receita Federal, colocando os recursos arrecadados dos trabalhadores para o INSS no mesmo saco dos impostos arrecadados pelo Governo Federal.

Assim, além de se repassar parte do patrimônio do INSS (que é do trabalhador) para o governo, os recursos da arrecadação previdenciária não terão mais a garantia legal de subsidiar a aposentadoria do trabalhador.



## INTRODUÇÃO

**A**o término da eleição presidencial de 2006 os maiores grupos de comunicação do país passaram a trombetear suas expectativas para o segundo mandato de Lula. O centro das críticas ao primeiro mandato é que ele fora marcado por um crescimento econômico irrisório (média de 2,6% entre 2003 e 2006), diante de outras nações consideradas em desenvolvimento, inclusive em comparação com a média mundial de 5% nos últimos anos.

A adoção de medidas visando ao crescimento econômico passou a ser uma cobrança cada vez mais forte de setores das classes dominantes no Brasil, afetados pelas restrições de crédito e abalados pelo aperto geral da economia, promovido por uma política econômica baseada em elevadas taxas de juros e arrocho nos gastos públicos, o que provocou sérias limitações aos negócios voltados para o mercado interno. Daí a chiadeira da grande mídia, que vive da propaganda oficial e dos grandes anunciantes da iniciativa privada.

A estagnação do crescimento econômico no País se choca com a tendência mundial, que no último período registrou expansão da economia, principalmente em países de características semelhantes às do Brasil, conhecidos como nações em desenvolvimento, como China, Índia, México, África do Sul, Venezuela, Argentina, entre outros.



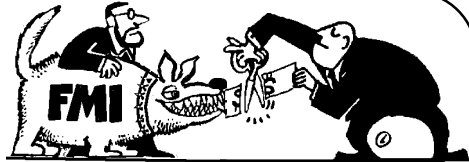
**Quem vai pagar o PAC?**

## QUAIS SÃO AS CAUSAS DO BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO

O baixo crescimento econômico do Brasil desde o governo FHC e que atravessou o primeiro mandato de Lula (2,5% a 3% ao ano) está diretamente ligado à política econômica adotada por estes dois governos, baseada em:

### SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Economia que o governo faz em gastos públicos, medida acertada com o FMI em forma de meta a ser cumprida anualmente. No primeiro mandato de Lula a meta anual de superávit primário foi de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). O superávit primário é usado como uma espécie de reserva que deve ser feita anualmente para cumprir a meta de pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública.



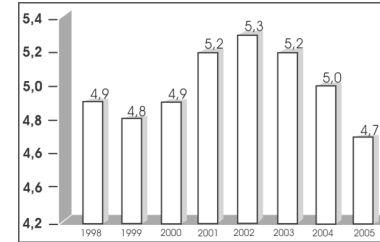
### ELEVADAS TAXAS DE JUROS

Apesar da queda lenta e gradual promovida nos últimos meses pelo Banco Central, a taxa básica de juros (selic) determinada pelo governo ainda é a mais alta do Mundo. É bom frisar que a taxa selic é apenas uma referência, porque o cidadão comum é submetido a taxas de juros reais estratosféricas, em torno de 150% ao ano, quando recorre a empréstimos de financeiras, ao cartão de crédito ou ao cheque especial.



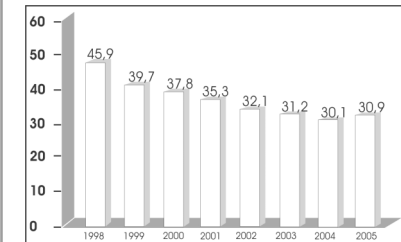
Quem vai pagar o PAC?

Despesa de Pessoal da União • % PIB  
(Obs.: p = projetado)



Fonte: Ministério da Fazenda

Relação entre Despesa c/ Pessoal e Receita Corrente Líquida da União



Fonte: Boletim Estatístico do Min. Planejamento, Orçamento e Gestão



### OUTRA MEDIDA FUNDAMENTAL ANUNCIADA É:

- **POLÍTICA DE LONGO PRAZO DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO** com reajuste anual do valor da inflação calculada pelo INPC, mais a taxa de crescimento real do PIB dos dois anos anteriores.

### Valorização ou ARROCHO SALARIAL?

Os defensores desta proposta dizem que o governo sinaliza com uma política de longo prazo para reajustes anuais do salário mínimo e dos benefícios de 16 milhões de aposentados. Ocorre que as regras adotadas apontam para reajustes anuais ridículos, já que a inflação é controlada pelo governo e o crescimento econômico tem se mantido numa média anual abaixo de 3%.

De acordo com projeções de economistas, pelas regras do PAC o salário mínimo deverá ser reajustado em cerca de 3% ao ano em termos reais. Essa medida atingirá também os 12 milhões de aposentados que recebem benefício equivalente ao mínimo e contraria os quatro anos do primeiro governo Lula, nos quais o salário mínimo teve reajustes bem maiores que a inflação, ainda que insuficientes.

Não custa ressaltar que o valor do salário-mínimo necessário para dar conta das despesas básicas de uma família de dois adultos e duas crianças, calculado pelo Dieese, é de R\$ 1.510,00. As regras impostas no PAC pelo governo jamais levarão à recuperação de parte das perdas históricas e a recomposição do poder de compra efetivo do salário-mínimo.



Quem vai pagar o PAC?

## ENTRE AS MEDIDAS ANUNCIADAS NESTE PONTO ESTÁ:

- Controle da Expansão da Despesa de Pessoal da União, com reajuste salarial anual limitado à taxa de inflação registrada pelo IPCA mais 1,5%, pelos próximos dez anos.

### O QUE ESTA MEDIDA SIGNIFICA PARA OS SERVIDORES?

#### 1 - Uma política de arrocho salarial

sobre os servidores públicos federais até 2016, com a aprovação de um Projeto de Lei Complementar à Lei de Responsabilidade Fiscal;

#### 2 - O aumento de 1,5% anual além da inflação já é praticado, visto que as despesas com pessoal têm um crescimento vegetativo de 1,5%,

decorrente da progressão nos planos de carreira dos servidores e o pagamento de adicionais por tempo de serviço (anuênios);



#### 3 - A margem para a realização de despesas com os novos Planos de Carreira e para a contratação de novos servidores deverá ficar comprometida;

#### 4 - Redução ainda maior do papel da chamada Mesa Nacional de Negociação entre governo e servidores federais;

#### 5 - A impossibilidade legal de se recuperar as perdas salariais acumuladas pelos servidores públicos nos últimos anos.

Só para se ter uma idéia de quanto o funcionalismo público federal perdeu nos últimos anos, os gastos da União com pessoal em 1995 equivaliam a 56,2% da Receita Corrente Líquida do Governo Federal e, em 2005 (dez anos depois), estes gastos caíram para 30,9%\*.

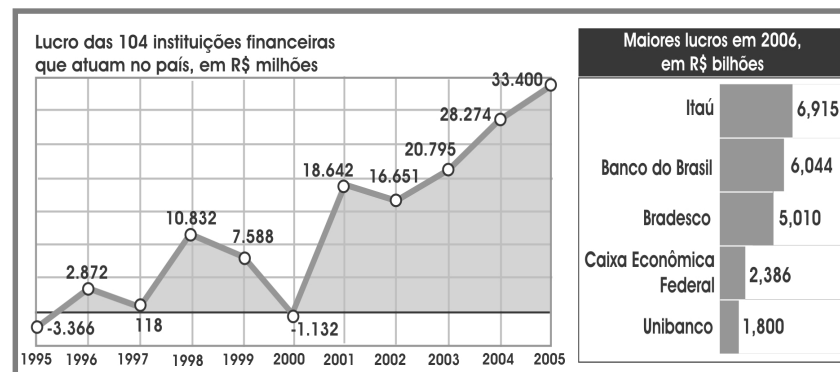
## PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

Quanto mais se paga mais a dívida pública (dívida externa + dívida interna) cresce. No final de 2006 a dívida chegou a R\$1,094 trilhão. Juros, amortizações e encargos da dívida consomem mais da metade do Orçamento da União (59% em 2007), representando uma sangria de recursos públicos que recai sobre as costas dos trabalhadores em forma de impostos, arrocho salarial e corte dos gastos públicos.



Nos últimos doze anos o país pagou R\$1,1 trilhão em juros da dívida. Cada centavo que se paga desta dívida questionável e absurda, rolada por décadas e que nunca se acaba, representa menos investimentos em Educação, Saúde, Saneamento, Moradia e outras áreas sociais.

Quem mais se beneficia com esta política econômica são banqueiros e especuladores de toda ordem, que detêm boa parte dos títulos da dívida pública brasileira e são remunerados pelas elevadas taxas de juros praticadas livremente no mercado. Basta ver os lucros estrondosos dos grandes bancos no País nos últimos anos.



Quem vai pagar o PAC?



Quem vai pagar o PAC?

Responder a esta questão é deter a chave dos problemas acumulados nas últimas décadas, nas quais a política econômica receitada por instituições financeiras internacionais, como o FMI, levou a um ambiente sócio-cultural desolador aos quatro cantos do Brasil.

Das vagas abertas no mercado de trabalho com carteira assinada entre 2003 e 2007, 93,4% correspondem a empregos com até dois salários mínimos (R\$700,00).

A pontuação média no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) em 2005 foi de 39 acertos em 100 questões. O desemprego, o subemprego e o emprego temporário juntos formam um ambiente de absoluta insegurança dos jovens em sua entrada e permanência no mercado de trabalho. De cada 10 novas vagas que se abrem 8 são sem carteira assinada e sem benefícios assegurados.

O descrédito nas instituições é outro ponto que se destaca na realidade brasileira. A corrupção generalizada, a ausência do Estado como fiador de condições mínimas de infra-estrutura e a imposição da violência geram uma situação de perplexidade e falta de expectativas.

### PRINCIPAIS PONTOS DO PAC E SEU IMPACTO REAL NA ECONOMIA NUM POSSÍVEL CRESCIMENTO ECONÔMICO



#### O QUE O GOVERNO PROMETE

- I** **MEDIDAS DE INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA**  
Através do PAC o governo promete aplicar em quatro anos R\$503,9 bilhões nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Deste total, R\$67,8 bilhões sairiam do Orçamento do governo e os outros R\$436,1 bilhões de estatais federais e do setor privado.



*Quem vai pagar o PAC?*

Pelos números do próprio governo esta renúncia fiscal somaria, somente em 2007, um total de R\$ 6,6 bilhões, beneficiando o setor privado. A compensação anunciada foi o recente reajuste de 4,5% na tabela de correção do Imposto de Renda da Pessoa Física.

#### Quem paga pela alta carga de impostos no Brasil?

É sempre bom lembrar que o Brasil é o país com uma das mais altas cargas tributárias do Mundo (cerca de 38%). Contra a tendência mundial aqui quem mais paga impostos é a pessoa física, seja por que recebe a carga de impostos embutida nos preços repassados pelas empresas em seus produtos, seja pela pesada carga do Imposto de Renda.

De acordo com a Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), a defasagem acumulada na correção da tabela do Imposto de Renda para pessoa física desde 1996 chega a 44%.

Outra medida anunciada neste ponto é o fim da incidência de PIS e Cofins sobre a venda de microcomputadores, o que poderá baratear o custo deste produto. Aqui o governo brasileiro apenas corre atrás de uma distorção que ocorre no mercado interno, já que a tendência mundial é de barateamento acelerado do custo de produtos de informática.



#### O QUE O GOVERNO PROMETE

#### **V** MEDIDAS FISCAIS DE LONGO PRAZO

No PAC o governo classifica a contenção dos gastos com pessoal do governo federal (servidores públicos), a política de arrocho do salário mínimo e de mudanças na Previdência Social como "medidas fiscais". Isso já dá uma idéia de que papel está reservado aos trabalhadores do serviço público, da iniciativa privada e aos aposentados no PAC. Ou seja, enquanto as medidas tributárias previstas no PAC desoneram o Capital, as medidas fiscais oneram ainda mais o Trabalho.



*Quem vai pagar o PAC?*

entanto, os resultados obtidos pelas ações da Sudam e da Sudene foram no mínimo questionáveis.

Alvos da cobiça dos políticos regionais, transformaram-se em instrumentos da corrupção, enriquecimento ilícito e do famigerado toma lá dá cá para a eleição de candidatos alinhados com os grandes grupos econômicos da Amazônia e do Nordeste.

### Que medidas foram adotadas sobre o meio-ambiente?

Um das medidas anunciadas é a Lei do Gás Natural, que introduz no atual sistema o “regime de concessão para a construção e operação de gasodutos”. Na prática isso significa a abertura do mercado de Gás Natural a grupos privados, em outras palavras privatização. Essa medida vai na contramão das que vem sendo adotadas por outros governos da América Latina, como Venezuela, Bolívia e Equador, nações que sofreram durante séculos com a postura devastadora de grupos privados deste setor.

No que diz respeito ao meio-ambiente um dos pontos da nova legislação proposta pelo governo visa a agilizar os processos de licenciamento de empreendimentos energéticos, atribuindo a fiscalização e autorização de projetos nas regiões de preservação ambiental aos governos estaduais e municipais. Trata-se de uma medida cujos efeitos poderão ser contrários aos anunciados, já que são justamente grupos econômicos com ligações regionais os que mais encontram facilidades para destruir o meio-ambiente, contribuindo para a devastação ambiental.



### O QUE O GOVERNO PROMETE

#### IV MEDIDAS DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA E DE APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

Um dos pilares do PAC é justamente a renúncia brutal de arrecadação de impostos junto à iniciativa privada. Segundo o governo, esta medida garantiria “o estímulo ao investimento em construção civil, e a aquisição de bens de capital (máquinas e equipamentos), além da promoção do desenvolvimento tecnológico dos setores de TV digital e de semicondutores”.



**Quem vai pagar o PAC?**

Dos R\$503,9 bilhões anunciados R\$274 bilhões são reservados a investimentos na área de energia, através de empresas estatais como a Petrobrás, cujos investimentos já estavam previstos antes mesmo do PAC. Outros R\$146 bilhões são reservados a habitação e saneamento básico, mas são financiamentos que estarão disponíveis para empresas e pessoas físicas. Os investimentos em transportes (R\$58,3 bilhões) também já estavam previstos no Plano Plurianual de Investimentos (2004/2007).

### De onde vão sair os recursos para os investimentos?

Parte dos recursos anunciados para os próximos quatro anos (R\$52,5 bilhões) sairá do Orçamento Geral da União para o **Projeto Piloto de Investimentos (PPI)**. O governo propaga que estes recursos deverão reduzir o superávit primário dos atuais 4,25% para 3,75% do PIB. Em verdade o governo Lula vai apenas retomar o superávit para o mesmo patamar do governo FHC. Além disso, por imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI), os recursos do PPI serão destinados a empreendimentos com retorno financeiro assegurado, através da cobrança de pedágios e tarifas, como rodovias que serão recuperadas pelo governo e privatizadas.

### Qual a garantia de que esses recursos serão investidos?

Algumas das obras anunciadas como parte do PAC - entre elas a duplicação de seis rodovias - na verdade são uma continuidade do *Projeto Avança Brasil*, do governo FHC.

Como tudo que consta do PAC na verdade estes recursos são uma projeção. Ainda que faça a sua parte, em verdade o governo aposta num ambiente favorável aos investimentos de empresas privadas, através dos incentivos fiscais que constam do corpo do PAC. Ou seja, não há nada que garanta que vá se atingir um investimento total de R\$503,9 bilhões nos próximos quatro anos.



**Quem vai pagar o PAC?**



## II MEDIDAS DE ESTÍMULO AO CRÉDITO E AO FINANCIAMENTO

De acordo com o governo um dos objetivos centrais do PAC seria “continuar a expansão, sobretudo do crédito habitacional e do crédito de longo prazo para investimentos em infra-estrutura”. Os instrumentos para isso seriam a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os dados da realidade brasileira apontam para um déficit habitacional em torno de 7 milhões de moradias. Ou seja, sete milhões de famílias não possuem casa para morar, vivendo em condições mais do que precárias em todo o país e pagando aluguel, sobretudo nas grandes cidades. Este é resultado da absoluta falta de uma política de habitação.

### AS MEDIDAS CONCRETAS ANUNCIADAS NESTE PONTO SÃO:

- *R\$ 5,2 bilhões em créditos para a CEF aplicar em projetos de saneamento e habitação;*
- *Ampliação em R\$ 6 bilhões, nos próximos dois anos, nos investimentos em saneamento ambiental e habitação.*

### Quem vai bancar o crédito e o financiamento?

No entanto, outras duas importantes medidas são adotadas como fonte de financiamento de investimentos em infra-estrutura e compra e venda de imóveis arrendados:

- *Criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;*
- *Elevação da liquidez do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).*

Estas duas medidas terão como fonte principal o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dinheiro descontado do trabalhador e inicialmente reservado a programas de financiamento da moradia popular. De início o governo prevê o uso de R\$ 5 bilhões do FGTS no Fundo de Investimento, podendo chegar a 80% do valor total do patrimônio líquido do FGTS, que hoje monta a cerca de R\$20 bilhões.



## É importante ressaltar que:

- *O Fundo de Investimento terá patrimônio próprio, que será disciplinado por regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);*
- *A Caixa Econômica Federal não vai cobrir possíveis perdas dos investimentos do novo Fundo, que não terão cobertura de risco.*

### Quem vai se beneficiar com isso?

As medidas anunciadas no que diz respeito à casa própria são muito semelhantes as que já se propôs em governos e décadas anteriores: crédito para o financiamento de imóveis com dinheiro público, mas projetos e execução nas mãos das grandes empreiteiras.

Isso sempre deu margem a três problemas básicos:

- 1) Unidades habitacionais voltadas em sua maioria para a classe média, o que não contempla a grande massa dos sem-teto;
- 2) Os projetos de moradia voltados para os setores populares são de imóveis pequenos e com material de qualidade questionável;
- 3) Falta de controle sobre o uso dos recursos do financiamento e sobre as obras, o que leva a má aplicação de recursos públicos e ao superfaturamento de gastos por parte das empreiteiras.



## III MEDIDAS DE MELHORIA DO AMBIENTE DE INVESTIMENTO

Consta neste ponto que o centro da preocupação do governo é com investimentos que preservem o meio-ambiente. Para isso o governo anuncia o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e a recriação das Superintendências da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

Essas duas superintendências atuaram durante décadas como centros de captação de recursos para investimentos em plantas industriais, estímulo à agricultura e projetos que, em tese, visavam ao incremento de regiões economicamente menos desenvolvidas. No

